



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681012 - SP (2021/0224130-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MAURICIO CARLOS BORGES PEREIRA
ADVOGADO : MAURÍCIO CARLOS BORGES PEREIRA - SP150799
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO AFONSO FARIAS DE SANTANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de PAULO AFONSO FARIAS DE SANTANA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2091183-86.2021.8.26.0000).

Consta dos autos que (fls. 4-5):

O requerente fora condenado em data de 13 de maio de 2014, à pena de oito anos de reclusão em regime inicialmente fechado e ao pagamento de 10 dias-multa, calculados, cada dia, em 1/30 avos do salário-mínimo vigente à época dos fatos, atualizados monetariamente, por infração ao artigo 121, “caput”, do Código Penal. Desde então, por questões de saúde, em razão de estar acometido por comorbidades, permaneceu foragido, haja vista necessitar de constante acompanhamento médico, o que certamente era impossível no ambiente carcerário. Ocorre que, em data de 06 de novembro p. p, em virtude de denúncia anônima, fora abordado por policiais militares, no Bairro de Itaquí, zona rural do Município de Mogi Guaçu/SP, os quais constataram estar procurado pela Justiça em razão da sentença supra dixit. Conduzido ao 1º Distrito Policial, fora lavrado o Boletim de Ocorrência nº 3008/2020, versando sobre os fatos. Logo em seguida à prisão, o requerente fora transferido à Penitenciária III de Hortolândia/SP, onde permaneceu por um tempo em isolamento. Em razão desse fato, passou a receber tratamento e a realizar exames, sendo alguns à dispendio da própria família. Em data de 24 de novembro de 2020, mediante relatório médico atestando algumas comorbidades sofridas pelo ora requerente, rogou-se ao Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal - (DEECRIM 4ª RAJ) fosse concedida prisão domiciliar para que pudesse realizar o devido tratamento, principalmente em razão dos riscos referentes à Pandemia da COVID-19.

O impetrante requer a concessão de liminar para deferimento da prisão domiciliar do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a teratologia da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 21):

[E como bem salientado pelo parquet, “consoante o disposto no relatório de saúde de fls. 76/77, ao ser preso o paciente estava sem acompanhamento médico há aproximadamente oito meses, embora com histórico de problemas como hipertensão arterial, diabetes mellitus e dislipidemia, de longa data.

Assim, ao contrário do contido na inicial, justamente a partir do momento em que o paciente foi finalmente preso que ele passou a receber cuidados médicos até então desprezados, pois desde então realizou diversos exames clínicos e laboratoriais e recebeu a correta e adequada medicação para os males que apresenta, sendo encaminhado para consulta com os médicos especialistas, inclusive em hematologia, para tratar a ferritina aumentada, além de lhe ser facultada, inclusive, a realização de ultrassonografia de abdômen total na rede particular, mediante agendamento feito pela sua mulher, em 17 de dezembro de 2020.”

Assim, verifica-se que não prospera a argumentação de que o paciente, deve ter o regime de cumprimento de pena - verdadeira modificação do édito condenatório - em decorrência da pandemia do Covid-19, uma vez que, por si só, não seria motivo bastante para a concessão da benesse, já que no cárcere sua saúde vem sem assistida.]

Ademais, não há falar em aplicação por extensão da decisão no HC n. 188.820/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin. O STF fixou o entendimento de que não configura descumprimento da referida decisão quando o juiz de origem aprecia a situação individual do preso. Afirmou o relator:

[...] o juízo competente, na apreciação dos processos individuais, poderá deixar de conceder prisão domiciliar ou liberdade provisória, caso

presentes situações excepcionalíssimas que demonstrem objetivamente a ausência de risco concreto e objetivo à saúde do detento na hipótese de sua manutenção no cárcere e que a soltura, mesmo com imposição de medidas cautelares diversas à prisão (art. 319 do CPP), mostra-se manifestamente inadequada ao caso concreto e causa demasiado risco à segurança pública.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020, tampouco à decisão do STF.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente